



Entrevista

Nesta edição, a entrevista é com Ane Ferrari Ramos Cajado, historiadora do museu do Tribunal Superior Eleitoral. Ela destaca os 80 anos da criação da Justiça Eleitoral, ressaltando a importância de se comemorar esse fato, os marcos históricos desde então e as ações do museu do TSE voltadas a essa comemoração.

Reportagem

"Credibilidade eleitoral brasileira: avaliação e um dos caminhos de mudança em meio eletrônico"

é o tema da reportagem produzida pela Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE.

Artigos

Os assuntos abordados pelos artigos desta edição são: convenções partidárias, propaganda eleitoral antecipada, desincompatibilização, pesquisas eleitorais e propaganda eleitoral na internet. Confira.



TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL

Entrevista

Você vai acompanhar a partir de agora uma entrevista para a Revista Eletrônica da EJE, a Escola Judiciária Eleitoral. E a nossa conversa de hoje é com a Ane Ferrari Ramos Cajado, historiadora do museu do Tribunal Superior Eleitoral.

Ane, nós sabemos que este ano a Justiça Eleitoral completa 80 anos de sua criação. E qual é a importância de se comemorar esse fato?

A criação da Justiça Eleitoral em 1932 foi um marco importante na história política brasileira. O país passava, nas décadas de 1920 e 1930, por um movimento de modernização do país. Esse movimento de modernização, que culminou com a revolução de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, tinha como principal bandeira a modernização do Brasil, a industrialização, enfim. Um dos aspectos pelos quais passava essa modernização do Brasil era justamente a moralização do processo eleitoral. E essa é a grande bandeira desse movimento de 1930, uma das grandes bandeiras foi justamente essa. E a criação da Justiça Eleitoral em 1932 veio como uma resposta a esses anseios, de que as eleições pudessem de fato representar um momento em que a população pudesse votar e que esse voto fosse realmente contado, apurado, e que o candidato que saísse vitorioso dessa eleição fosse realmente empossado. Então, 1932 tem essa grande importância por ser esse momento em que, pela primeira vez, o país teve uma justiça encarregada de coordenar todo esse processo eleitoral.

A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, foi extinta em 1937 e foi recriada em 1945. Como são tratadas essas datas históricas?

Essas datas – 1932 como o marco da criação da Justiça Eleitoral e 1945 como marco da recriação, reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil depois de um período de ditadura em que realmente não houve nenhuma eleição no país, que é entre 1937 e 1945, período do Estado Novo – são importantes para a Justiça Eleitoral. A primeira por ter sido a criação da Justiça Eleitoral e o momento em que se cria uma ideia que é fundamental e que é trabalhada ao longo do tempo e até hoje, que é a ideia de tratar o eleitor como indivíduo, isso é muito importante. Antes, o eleitor era tratado enquanto pessoa, então aquele voto do eleitor era dado dentro de uma relação, dentro de um conjunto de relações de parentesco, de dependência, e com a criação da Justiça Eleitoral em 1932, é trabalhada essa ideia fundamental que é a criação da figura do eleitor enquanto indivíduo. Então cada voto era contado para cada pessoa. Dentro desse processo aí, a gente pode entender o voto feminino como um momento de consolidação dessa ideia, de um voto igual a um indivíduo. 1945 tem a sua importância também por ser um período em que a Justiça Eleitoral volta a funcionar após um período de exceção. Então, no momento em que a Justiça Eleitoral é reinstalada em 1945, diversos instrumentos que foram criados em 1932 são retomados e aí a Justiça Eleitoral encontra sua continuidade até os dias de hoje.

Ao longo desse período, quais são as inovações em relação à legislação eleitoral desde a criação da Justiça Eleitoral em 1932?

Na minha visão e a partir das pesquisas históricas que nós estamos desenvolvendo no museu do TSE, realmente a criação dessa ideia do voto individual é o grande marco e a grande contribuição da Justiça Eleitoral. E a gente pode ver que essa ideia é consolidada e aprimorada durante todos esses anos. Quando você tem a criação da Justiça Eleitoral em 1932, você tem a criação de alguns instrumentos para assegurar, para garantir que esse eleitor seja um indivíduo. Por exemplo, você tem a criação das cabines indevassáveis em 1932, ou seja, todo um ambiente é montado para que não houvesse nenhuma interferência entre a vontade do eleitor e a expressão dessa vontade por meio do voto. Então essa ideia foi sendo aprimorada durante os anos e a gente pode inclusive compreender mais recentemente, na década de 1990, por exemplo, a informatização do voto e agora mais recentemente ainda a biometria, a identificação biométrica do eleitor, como mais um esforço nesse sentido de individualizar cada vez mais esse eleitor, de garantir que realmente aquele voto é dado por aquele indivíduo, que não há nenhuma intermediação entre a vontade do eleitor e a apuração daquele voto.

Comparando o processo eleitoral de agora com o do início da história da Justiça Eleitoral, quais foram os marcos históricos nesse período?

Durante esse período, que vai de 1932 até hoje, você tem alguns marcos importantes que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o sigilo do voto, que eu já comentei anteriormente, todo um esforço feito pela Justiça Eleitoral para garantir esse sigilo do voto. Então, primeiro a

criação das cabines indevassáveis, depois as sobrecartas oficiais, porque o voto, em 1932, não existia ainda uma cédula oficial, então esse voto podia ser dado em qualquer papel. Só que a Justiça Eleitoral começou a trabalhar o envelope que continha esse voto. Então, tudo isso com o objetivo de garantir a lisura no processo de votação.

É um papel identificado e reconhecido pela própria Justiça, não é?

Exatamente, posteriormente, você tem na década de 1950 a criação da cédula oficial, e aí a partir desse momento de fato a Justiça Eleitoral se encarregava de produzir e distribuir essas cédulas, o que garantia, por um lado, reforçava o sigilo do voto e, por outro, também uma medida que visava viabilizar a candidatura de pessoas que não tivessem poder aquisitivo para produzir esse material. Tinha também a biometria, a identificação biométrica do eleitor na zona eleitoral, isso era muito importante também para evitar fraudes e que pessoas pudessem votar em mais de um lugar. Esse é um ponto também muito importante. Posteriormente, você tem já a informatização da Justiça Eleitoral, da própria Justiça e o cadastramento de eleitores.

A unificação do cadastro eleitoral?

Exatamente, que antes era descentralizado. Então, cada TRE, cada estado tinha o seu cadastro. Então isso depois, já na década de 1980, ele é unificado e isso é mais um esforço no sentido de minimização das fraudes. A partir do momento em que você tem um cadastro único no país inteiro. Posteriormente, ainda, destacaria ainda dois pontos, que é a informatização do voto, que não teria sido possível sem esse cadastramento. Então, todo esse esforço de informatizar todo o voto, desde o cadastro do eleitor até o momento

da votação, da sua apuração, enfim, todo o processo eleitoral informatizado e, por último, da votação, da sua apuração, enfim, todo o disse anteriormente, visa garantir de fato que aquele eleitor que está votando é ele mesmo, que não tem outra forma de burlar essa regra.

Então nós podemos dizer que é muito importante essa pesquisa histórica justamente para contribuir, afirmar essa evolução da Justiça Eleitoral no país?

É muito, muito importante que a Justiça Eleitoral dê continuidade a essa atividade de pesquisa porque, por meio da pesquisa histórica, a gente pode esclarecer fatos que aconteceram, mas principalmente a gente pode resgatar a memória da nossa instituição. O resgate da memória da Justiça Eleitoral é fundamental para o povo brasileiro, o povo brasileiro sente orgulho de ter essa instituição, mas é fundamental que se possa conhecer como esse processo se desenvolveu ao longo desses anos e justamente porque, conhecendo esse processo, sabendo que história é essa eleitoral que nós temos, que nós carregamos, a gente pode evitar tropeços futuros, pode evitar a repetição de erros passados, e isso sem falar na própria riqueza do conhecimento histórico, assim pensando na contribuição desse conhecimento para a sociedade, de fortalecimento da própria democracia. Saber como foi duro chegar até aqui e o cuidado que a gente tem que ter todos os dias em

fortalecer a nossa democracia e o sentimento de pertencimento por meio do exercício da cidadania.

E quais são as ações do museu do Tribunal Superior Eleitoral para comemorar esses 80 anos?

Esse ano, a gente está fazendo uma coisa diferente que é coordenar a divulgação dos eventos comemorativos em todos os TREs. Então, lançamos o *hotsite* 80 anos da Justiça Eleitoral que vai contemplar a divulgação dessas ações, onde o visitante pode encontrar, além disso, publicações e notícias sobre eventos históricos da Justiça Eleitoral. Além disso, o TSE inaugurou também duas exposições que as pessoas podem visitar, que é Pilares da Democracia, que vai contar um pouquinho da construção da nova sede do TSE, e Memória Móvel, que é uma sala onde o visitante pode conhecer um pouco dos móveis que fizeram parte da história da Justiça Eleitoral.

Nós conversamos aqui com a Ane Ferrari Ramos Cajado, historiadora do museu do Tribunal Superior Eleitoral. Obrigado pelos esclarecimentos e por aceitar o convite da EJE para participar dessa entrevista. Lembre que você pode assistir não só esta entrevista como também acompanhar outras publicações da Escola Judiciária Eleitoral no site da EJE, por meio do endereço eletrônico do TSE: www.tse.jus.br. Obrigado, e até a próxima entrevista.